

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.763.414 - AM (2020/0245935-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : **MUNICÍPIO DE MANAUS**
PROCURADOR : **ELLEN LARISSA FROTA DE CARVALHO E OUTRO(S) -**
AM004310
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado pelo **MUNICÍPIO DE MANAUS** contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. USO INDEVIDO DE ÁREA PÚBLICA. OMISSÃO DO MUNICÍPIO. DEVER CONSTITUCIONAL E LEGAL DE ZELO PELO MEIO AMBIENTE E USO ADEQUADO DO SOLO URBANO. ARTS. 23, VI E 30, VIII DA CF. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

1. O dever municipal de zelo pelo meio ambiente e pelo adequado uso de solo urbano decorre de robusta disposição normativa – constitucional e infraconstitucional – notadamente dos arts. 23, VI, 30, VIII da Constituição Federal, bem como dos arts. 207, 283 e 284 da Lei Orgânica do Município.

2. Para consecução destas e tantas outras políticas públicas, dispõe a Administração de prerrogativas de direito público, dentre as quais o exercício do poder de polícia, para deter, em caráter imediato e contínuo, o uso indevido dos logradouros públicos, que culmina, invariavelmente, na degradação destes locais.

3. Não pode o Município se esquivar dos deveres constitucionais e legais que possui, sob a justificativa de que tais deveres se estendem também ao cidadão e que, portanto, a responsabilidade pelo seu descumprimento deve ser imputada aos mesmos, porquanto o exercício das prerrogativas administrativas se justifica justamente para salvaguardar o interesse e os bens públicos, podendo, para tal, interferir na órbita do interesse privado, não dependendo de qualquer atuação particular para tal.

4. Apelação desprovida. Sentença mantida.

Alega divergência de interpretação jurisprudencial com relação ao art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981, no que concerne à impossibilidade de

fixação unicamente ao município de indenização e medidas de recuperação em decorrência de danos ambientais por omissão, trazendo os seguintes argumentos:

Ora, é de se observar, desta maneira, que o aresto do acórdão impõe responsabilização ao ente municipal sem tampouco ponderar seus pressupostos, tendo em vista que não analisa a conduta, nexo de causalidade e eventuais excludentes – a saber, *in casu*, a ausência de omissão ilegal – como bem orienta o STJ em situações idênticas, tal como no acórdão paradigma anexo.

Fixou, portanto, responsabilidade objetiva, primária e direta do ente público quando, em lides semelhantes, o STJ interpretou a legislação em testilha e decidiu de forma diversa, condenando sim o Poder Público, mas em solidariedade com o poluidor direto.

Assim, figura o Município de Manaus como único condenado pelos prejuízos ao meio ambiente artificial, a despeito da necessidade de responsabilização, em primeiro lugar, dos poluidores diretos. Neste ponto é instaurada a divergência.

Desta forma, apresenta-se a mencionada divergência jurisprudencial com relação ao tema da responsabilização estatal por danos ao meio ambiente, no caso de ocorrência de omissão do poder público, entre o julgado do tribunal "a quo" e este Superior Tribunal de Justiça no tocante a mesma hipótese fática e de direito.

[...]

Deste modo, depreende-se que o posicionamento a ser seguindo fixa a solidariedade entre os causadores do dano ambiental, diretos e indiretos, no que tange ao dever de reparação, quando comprovado o descumprimento do dever de agir estatal no sentido de evitar o prejuízo ao meio ambiente.

Imputar ao Município de Manaus uma responsabilidade integral pelo dano é permitir o enriquecimento ilícito dos ocupantes irregulares, beneficiando-os duplamente, vez que: a) exerceram suas atividades comerciais, obtendo lucro, em área pública; b) não terão de arcar com os encargos de tal conduta – dano ambiental em razão da instalação de atividades em áreas públicas que deveriam ser preservadas – ainda que conscientemente em desconformidade com a lei.

No caso dos autos, o Tribunal a quo confirma sentença que impõe a determinação, sem, contudo, cotejar os pressupostos de responsabilização estatal, tampouco sopesar a questão de eventual omissão da municipalidade quanto ao dever de fiscalização, o que, por conseguinte, resultou em condenação que vai de encontro ao entendimento do STJ acerca do encargo imposto pelo art. 14, §1º, da Lei que disciplina a reparação de eventuais danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. (fls. 350/351).

Superior Tribunal de Justiça

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, verifica-se que os dispositivos legais sobre os quais teria havido o dissídio jurisprudencial não foram examinados pela Corte de origem.

Dessa forma, reconhecida a ausência de prequestionamento da norma objeto da divergência jurisprudencial, inviável a demonstração do referido dissenso em razão da inexistência de identidade entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea "c".

Nesse sentido: “O óbice da ausência de prequestionamento impede a análise do dissenso jurisprudencial, porquanto inviável a comprovação da similitude das circunstâncias fáticas e do direito aplicado”. (AgInt no AREsp 1.639.095/RJ, relator Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 19/5/2020.)

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes precedentes: AgInt no REsp 1.862.546/SP, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 14/8/2020; AgInt no AREsp 1.486.884/RS, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, Dje de 19/2/2020; e EDcl no REsp 1.274.569/MG, relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 25/8/2014.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente